

Educação Interprofissional na formação dos profissionais de saúde à luz da Análise Institucional: Revisão de literatura

Interprofessional Education in the training of health professionals in the light of Institutional Analysis: Literature review

La Educación Interprofesional en la formación de profesionales de la salud a la luz del Análisis Institucional: Revisión de la Literatura

Alexandra Rodrigues Barbosa¹, Lucia Cardoso Mourão², Ana Clementina Vieira de Almeida³, Isabel Cristina de Moura Leite⁴, Patrícia Marano Lima⁵

Como citar esse artigo. Barbosa AR, Mourão LC, de Almeida ACV, Leite ICM, Lima PM. Educação Interprofissional na formação dos profissionais de saúde à luz da Análise Institucional: Revisão de literatura. Rev Pró-UniverSUS. 2023; 14(2):108-116.

Resumo

O desafio posto para as universidades e os serviços é atender às complexas e dinâmicas necessidades de saúde, institucionalizando o modelo de atenção do SUS, acompanhado de um processo sólido de reorientação do modelo de formação. Este estudo teve como objetivo apresentar os resultados de uma revisão de literatura sobre a EIP, destacando como a interprofissionalidade, as ações colaborativas e a integração ensino-serviço-comunidade podem favorecer a formação de acadêmicos na Atenção Primária à Saúde. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, utilizando o referencial teórico-metodológico da Análise Institucional. Na primeira fase, buscou na Scielo e na Biblioteca Virtual em Saúde artigos sobre a temática a ser abordada, sendo selecionados 9 artigos. Na segunda fase, foram utilizados documentos e manuais que abordam a EIP e o PET-Saúde. Como resultado destacaram-se os movimentos instituídos e instituídos presentes nas instituições saúde, educação, formação e práticas em saúde, e que são muitos os obstáculos e desafios a serem enfrentados para romper com as práticas instituídas. Esses necessitam ser rompidas desde o micro espaço das salas de aula e dos ambientes onde se desenvolvem as práticas de cuidado, durante a formação, até o nível macro, ampliando e favorecendo a implantação de novas políticas para a formação de docentes, profissionais de saúde e acadêmicos para o SUS. Espera-se com este estudo, contribuir com as reflexões e debates sobre as necessárias mudanças curriculares e coadunadas com a ampliação de espaços nos serviços para a formação de futuros profissionais de saúde.

Palavras-chave: Educação Interprofissional; Capacitação de Recursos Humanos em Saúde; Atenção Primária à Saúde.

Abstract

The challenge for universities and services is to meet complex and dynamic health needs, institutionalizing the SUS model of care, accompanied by a solid process of reorienting the training model. This study aimed to present the results of a literature review on IPE, highlighting how interprofessionality, collaborative actions and teaching-service-community integration can favor the training of academics in Primary Care. This is a bibliographical research, with a qualitative approach, using the theoretical-methodological framework of Institutional Analysis. In the first phase, Scielo and the Virtual Health Library searched for articles on the topic to be addressed, and 9 articles were selected. In the second phase, documents and manuals addressing IPE and PET-Saúde were used. The instituted and instituting movements present in health institutions, education, training and health practices stood out as results, and that there are many obstacles and challenges to be faced in order to break with the practices already instituted. These need to be broken from the micro space of classrooms and environments where practices are developed during training, to the macro level, expanding and favoring the implementation of new policies for the training of teachers, health professionals and academics with a new perspective of training for the SUS. It is expected to contribute to reflections and debates on curricular changes and expansion of spaces for the training of future health professionals.

Descriptors: Interprofessional Education; Health Human Resource Training; Primary Health Care.

Resumen

El desafío para las universidades y los servicios es atender necesidades de salud complejas y dinámicas, institucionalizando el modelo de atención del SUS, acompañado de un sólido proceso de reorientación del modelo de formación. Este estudio tuvo como objetivo presentar los resultados de una revisión de la literatura sobre EIP, destacando cómo la interprofesionalidad, las acciones colaborativas y la integración enseñanza-servicio-comunidad pueden favorecer la formación de académicos en Atención Primaria. Se trata de una investigación bibliográfica, con abordaje cualitativo, utilizando el marco teórico-metodológico del Análisis Institucional. En la primera fase, Scielo y la Biblioteca Virtual en Salud buscaron artículos sobre el tema a tratar, y se seleccionaron 9 artículos. En la segunda fase, se utilizaron documentos y manuales sobre IPE y PET-Saúde. Se destacaron como resultados los movimientos instituídos e instituyentes presentes en las instituciones de salud, la educación, la formación y las prácticas de salud, y que hay muchos obstáculos y desafíos que enfrentar para romper con las prácticas ya instituídas. Estos necesitan romperse del micro espacio de las aulas y ambientes donde se desarrollan las prácticas durante la formación, al nivel macro, ampliando y favoreciendo la implementación de nuevas políticas de formación de docentes, profesionales de la salud y académicos con una nueva perspectiva de formación para el SUS. Se espera contribuir a reflexiones y debates sobre cambios curriculares y ampliación de espacios para la formación de futuros profesionales de la salud.

Palabras clave: Educación Interprofesional; Capacitación de Recursos Humanos en Salud; Atención Primaria de Salud.

Afiliação dos autores:

¹Discente (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde MPES) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: alexandrarodrigues@id.uff.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3773-4257>

²Docente (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde MPES) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: luciamourao@id.uff.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7058-4908>

³Docente colaboradora (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde MPES) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: ana.vieiradealmeida@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9342-6179>

⁴Discente (Doutorado Acadêmico das Ciências do Cuidado em Saúde) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: isabelcristinademouraleite@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4459-7606>

⁵Discente (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde MPES) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: pmlima@id.uff.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7058-4908>

*E-mail de correspondência: alexandrarodrigues@id.uff.br

Recebido em: 24/02/23. Aceito em: 18/06/23.

Introdução

Um dos obstáculos que se apresenta no campo da saúde é como formar profissionais que precisam trabalhar juntos mas que são formados separadamente, cada um em sua área específica, com poucas oportunidades de vivenciar na formação um trabalho interprofissional¹. Diante desse cenário, iniciativas internacionais desde 1960 começaram a propor modificações para a formação na saúde, “[...] iniciando debates e produzindo conhecimentos, com importante papel na orientação das políticas de saúde e de educação”^{2:87}.

Com o marco para a Ação em Educação Interprofissional e Prática Colaborativa, criada em 2010, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), expandiram-se os debates sobre a Educação Interprofissional no Brasil (EIP), com recomendações para a introdução de novas metodologias nas políticas de formação em saúde³.

A EIP é uma estratégia de ensino inovadora, caracterizando-se como intervenções no âmbito das práticas dos serviços, onde acadêmicos, juntamente com profissionais da saúde, docentes e comunidade, buscam uma nova prática pedagógica que procura trazer mudanças na cultura, atitudes e, sobretudo, na tomada de decisões que passam a ser exercidas de maneira compartilhada. Essas transformações que ocorrem nas práticas profissionais dos serviços devem também trazer mudanças nos currículos da graduação na área da saúde, para que possam ser implementadas com sucesso em diversos cenários do Sistema Único de Saúde – SUS⁴.

No Brasil, a EIP foi precedida por movimentos que se iniciaram com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e, posteriormente, das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Essas recomendaram a organização de currículos que considerassem um perfil profissional balizados por competências, habilidades e conteúdos voltados a aprendizagem compartilhada, comunicação, e à valorização dos profissionais e usuários em suas circunstâncias existenciais e culturais, incluindo seus saberes⁵.

Entende-se que a formação de profissionais da saúde exige o reordenamento do processo ensino-aprendizagem, potencializando ações que levem a aquisição de um conjunto de habilidades técnicas, cognitivas, organizacionais, comunicativas e comportamentais que possam facilitar a tomada de decisões nas equipes, a soluções de problemas do cotidiano profissional e a ampla capacidade de adaptação a mudanças. Essa compreensão exige uma nova forma de trabalho, mais integrada e marcada por uma efetiva comunicação⁶.

De maneira a caminhar em direção as transformações na formação profissional, as parcerias entre os Ministérios da Saúde e da Educação renderam

políticas públicas de integração entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e os serviços de saúde, propiciando uma formação reorientada para as práticas de atenção, o trabalho e a construção do conhecimento a partir das necessidades dos serviços. Tais Premissas requerem uma relação mais próxima dos serviços públicos de saúde e as universidades. Essa parceria busca promover a discussão constante de propostas curriculares que se articulem de forma eficaz nas recomendações previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação na área de saúde com estratégias alinhadas aos princípios do SUS e da interprofissionalidade, da interdisciplinaridade e da intersetorialidade, trazendo importantes contribuições para mudanças nos modos de formação⁷.

Para avançar na perspectiva de uma formação interprofissional, o Ministério da Saúde intensifica em suas recomendações, que as Instituições de Ensino Superior devem rever seus currículos, apresentando estratégias pedagógicas que propiciem desenvolvimento em toda graduação da interdisciplinaridade, da intersetorialidade e da interprofissionalidade “como fundamentos da mudança na lógica de formação dos profissionais de saúde, superando os silos profissionais, tanto na formação quanto na dinâmica da produção dos serviços de saúde”^{8:36}.

Nesse contexto, a interprofissionalidade deve ser entendida como uma relação interdependente dentro de um ambiente de trabalho ou de estudo, a qual exige a cooperação entre os profissionais que a compõem, em busca de um objetivo em comum sobre os olhares atentos de cada profissional dentro de suas especificidades técnicas na busca de uma saúde ampliada^{1,9}.

De acordo com a vivência da primeira autora e preceptora do PET-Saúde/Interprofissionalidade em sua prática de educação na saúde, a EIP na formação de futuros profissionais e na produção do cuidado trouxe vantagens para os acadêmicos em formação, para os usuários, foco de todo cuidado, até para a equipe de saúde e de docentes, produzindo uma nova maneira de desenvolver suas práticas na Atenção Primária à Saúde (APS).

Destaca a mesma, que está inserida profissionalmente nesse contexto sócio-histórico, a percepção de alguns profissionais da saúde e do ensino superior sobre a “janela de oportunidades” aberta com a EIP no processo formativo. A relevância da curricularização da extensão, que transversaliza todo esse movimento, é um dos exemplos vivenciados pela primeira autora e que pode ser transformado em potência para que os graduandos tenham outras maneiras de vivenciar o aprendizado em uma nova prática pedagógica capaz de favorecer mudanças no trabalho da APS e nos centros formadores, que passam a ser exercidas de maneira compartilhada. Esse pensamento vem ao encontro do que refere a OMS com relação a

implementação de mudanças efetivas para a formação profissional em saúde, ao destacar a incorporação de aspectos educacionais para desenvolver competências para o trabalho em conjunto^{3:89}.

Diante do que foi exposto, este artigo objetiva apresentar os resultados de uma revisão de literatura sobre a EIP, destacando como a interprofissionalidade, as ações colaborativas e a integração ensino-serviço-comunidade podem favorecer a formação de acadêmicos na Atenção Primária em Saúde.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória utilizando o referencial teórico metodológico da Análise Institucional (AI) para análise e discussão dos resultados.

A pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, mas analisados a partir das suas crenças, motivações, valores e atitudes¹⁰. Quanto à pesquisa exploratória, esta busca proporcionar maior familiaridade com o que se deseja investigar de maneira a torná-lo mais explícito ou elaborar hipóteses. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e, nesse caso, seleciona artigos de periódicos e outros materiais relacionados a temática, sendo bastante utilizada também em estudos de caso¹⁰. No caso da pesquisa bibliográfica, pode revelar aspectos emergentes da análise de materiais já publicados, favorecendo a formação de críticas sobre o tema¹¹.

A pesquisa bibliográfica realizada neste artigo ocorreu em dois momentos. No primeiro, realizou-se uma revisão da literatura, com buscas eletrônicas no portal da BVS e na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), a partir dos seguintes descritores: Educação interprofissional; PET-Saúde; formação profissional, atenção primária a saúde, no início separadamente e depois utilizando-se o operador booleano *AND*, em diferentes combinações.

Os critérios elaborados para a pesquisa priorizou buscas por artigos com textos completos; produções brasileiras; publicadas em português, espanhol e inglês, entre os anos de 2016 e 2021. Os critérios de exclusão excluíam: artigos duplicados, texto incompleto e com temática não relacionada ao interesse da pesquisa. Após a leitura de títulos e resumos e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados para leitura na íntegra 24 artigos, que foram reduzidos a 09 artigos por responderem ao objetivo proposto neste artigo.

Em um segundo momento, outros materiais foram levantados no sentido de ampliar o conhecimento sobre a temática, quando foram consultados documentos do Ministério da Saúde e da Educação que abordam a EIP e o PET-Saúde em suas diferentes versões, e artigos referentes à formação que utilizaram como referencial

teórico-metodológico a Análise Institucional.

O referencial teórico metodológico da Análise Institucional surgiu no Brasil nos anos de 1970, introduzindo-se junto a grupos de pesquisa de universidades brasileiras, congregando os mais diferentes tipos de profissionais originados da sociologia, filosofia, antropologia, pedagogia, psicologia e da psicanálise¹². A Análise Institucional tem como “[...] objetivo compreender uma determinada realidade social e organizacional, a partir dos discursos e práticas dos sujeitos”^{13:185}. Entre os tipos de pesquisas que utilizam a AI destacam-se três modalidades: as pesquisas teóricas e históricas, também chamadas de análise de papel adequadas às pesquisas bibliográficas e documentais; as “pesquisas empíricas”, que utilizam o trabalho de campo; e a “pesquisa intervenção”, quando se realiza a análise em uma situação, atendendo a uma encomenda de um pesquisador ou organização. Neste artigo, utilizou-se a modalidade da pesquisa teórica.

Quanto ao método utilizado para a análise dos resultados, a AI “[...] utiliza-se de um método constituído de um conjunto articulado de conceitos, dentre os quais os mais relevantes são os de instituição, instituído, instituinte, institucionalização, encomenda e demanda, transversalidade, analisador e implicação”^{12:199}.

O conceito de instituição que fundamenta a AI não é um conceito descritivo, não designa coisas sólidas e concretas, mas constitui-se em uma “[...] dinâmica contraditória, construindo-se na (e em) história ou tempo”^{14:11}. Neste artigo, a formação, educação, saúde e práticas profissionais são entendidas como instituições. Estas têm as características fundamentais que caracterizam as instituições, a saber: a coercitividade, por entender que toda instituição exerce um controle imposto aos indivíduos; a exterioridade, trazendo a compreensão de que toda instituição é algo situado fora de nós; a autoridade moral, porque toda instituição exerce sobre os indivíduos suas normas, regras e leis e a historicidade, visto que toda instituição existe no tempo independente de nossa existência humana na terra¹⁵.

A seguir, serão apresentados os resultados e a discussão obtidos da análise do material bibliográfico obtido, buscando o que existe de comum neles, quais os aspectos inovadores, as contribuições e os desafios com relação a formação em saúde com foco nas ações colaborativas, na interprofissionalidade e na integração ensino-serviço-comunidade na Atenção Primária à Saúde

Resultados e Discussão

Os resultados serão apresentados no Quadro 1, que traz os 09 artigos selecionados, apresentando o ano, os autores, título, objetivos, metodologia e principais resultados.

Quadro 1. Artigos selecionados segundo ano de publicação, título, objetivos, método e resultados.

Estudo	Ano	Título	Objetivos	Método	Resultados
E1 ²	2019	Educação Interprofissional nas políticas de reorientação da formação profissional em saúde no Brasil.	Apresentar a trajetória histórica da incorporação do fortalecimento dos sistemas de saúde nas políticas de formação profissional.	Revisão de literatura	Destaca o estudo que apesar de se contabilizar com iniciativas potentes para o desenvolvimento das políticas de reorientação da formação em saúde, muitos desafios ainda estão presentes nos cenários da APS
E2 ¹⁶	2019	A interface entre o PET-Saúde/ Interprofissionalidade e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.	Refletir sobre as contribuições do PET-Saúde interprofissionalidade para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) no âmbito do SUS.	Revisão de literatura	Salientam que a proposta do PET-Saúde/interprofissionalidade, favorece a implantação de estratégias de educação permanente em saúde como integrante de um processo contínuo de ações de ensino nos serviços, utilizando como parceiros os dispositivos que já existem na rede de serviços como o NASF por exemplo.
E3 ¹⁷	2018	Educação interprofissional no contexto da atenção primária à saúde: relato de experiência.	Descrever e analisar as ações do projeto de extensão “Há diversidade na Unidade” desenvolvidas em 2016.	Relato de experiência	Enfatizam a relevância dos cursos de extensão como uma ferramenta importante na construção de formação interprofissional em saúde inserindo precocemente os estudantes no contexto do SUS.
E4 ¹⁸	2018	Produzindo pesquisa, formação, saúde e educação na integração ensino, serviço e comunidade.	Estimular e apoiar a formação de professores e o desenvolvimento de pesquisa sobre ensino nas diferentes áreas de saúde no interior dos programas de pós graduação existentes e consolidados.	Relato de experiência	Valoriza o projetos de extensão, como importantes para o desenvolvimento de práticas colaborativas na formação profissional. Enfatiza a necessidade de aperfeiçoamento docente na pós graduação para o avanço das mudanças na graduação em saúde.
E5 ¹⁹	2019	Projeto Vivências e estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde: linha de fuga na formação em saúde para uma atuação na Saúde Coletiva.	Refletir sobre o projeto Vivências e Estágios na realidade do SUS como uma linha de fuga para uma formação interprofissional de gestão e organização do próprio SUS.	Ensaio teórico	Destaca que a reflexão teórica embasada no projeto VER-SUS pode tornar-se uma linha de fuga, por contribuir com uma formação diferenciada de sujeitos que venham a ser protagonistas no processo de ensino-aprendizagem. O projeto foi capaz de produzir uma conexão entre as instituições de ensino superior e o sistema público de saúde, o que foi essencial para a formação profissional na qualidade da atenção à saúde
E6 ²⁰	2019	Competências emocionais como dispositivo para integralização do cuidado em saúde. contribuições para o trabalho Interprofissional.	Relatar uma experiência de desenvolvimento de competências emocionais para o fortalecimento do processo de trabalho interprofissional.	Relato experiência	Traz a importância do PET-Saúde como indutor do desenvolvimento de competências emocionais fundamentais para o alívio de tensões e conflitos que permeavam as relações interprofissionais na saúde.

Quadro 1 (cont.). Artigos selecionados segundo ano de publicação, título, objetivos, método e resultados.

Estudo	Ano	Título	Objetivos	Método	Resultados
E7 ²¹	2019	Prática interprofissional colaborativa em saúde coletiva à luz de processos educacionais inovadores.	Compartilhar a vivência do uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem na prática interprofissional colaborativa com educadores da saúde coletiva.	Relato experiência	Enfoca as estratégias pedagógicas centradas no protagonismo dos educandos, evidenciando como a aprendizagem problematizadora, crítica e reflexiva possibilitou o desenvolvimento do olhar ampliado sobre a prática da interprofissionalidade
E8 ²²	2018	Desafios na educação de profissionais de Saúde: uma abordagem interdisciplinar e interprofissional.	Analisar uma combinação de estratégias e métodos de ensino-aprendizagem utilizados na pós graduação de profissionais de saúde no contexto do SUS.	Relato experiência	Revelam as dificuldades de integração entre o ensino e os serviços e que são perceptíveis por ocasião da entrada do aluno na realidade. Neste sentido, os docentes devem buscar práticas educacionais que venham suprir esta carência para que os graduandos possam vivenciar a educação interprofissional, como uma inovação perante os currículos rígidos e tradicionais dos cursos de graduação em saúde.
E9 ²³	2020	Educação interprofissional e formação de professores em saúde	Formar professores em saúde no âmbito da educação interprofissional	Relato experiência	Destaca a consolidação de estratégias que possam desenvolver programas educacionais contemporâneos no ensino, consonantes com as inovações nos sistemas de saúde.

Após a leitura e análise dos artigos selecionados, pode-se afirmar que esses transversalizam-se quando o assunto é o cuidado integral à saúde, com foco nas reais necessidades de cada território, na percepção que as mudanças devem acontecer já no processo formativo.

Com relação ao tipo de pesquisa, todos utilizaram a abordagem qualitativa. Com relação ao tipo de artigo, seis artigos são relatos de experiência, seguidos de dois artigos de revisão de literatura e 01 artigo de ensaio teórico. Destaca-se ser coerente que a maioria dos artigos seja de relato de experiência, considerando que a abordagem trazida pela EIP, mesmo não sendo recente, sua implantação busca trazer mudanças na maneira de fazer saúde na APS. Nesse sentido, o relato de experiência, por apresentar uma situação concreta da realidade, contribui com para reflexões sobre as novas estratégias no processo de ensino e de trabalho em saúde, que busquem o fortalecimento e consolidação do SUS.

A discussão foi realizada com base nas palavras que mais se destacaram nos artigos e documentos oficiais, a saber: educação interprofissional (EIP); práticas colaborativas; práticas interprofissionais;

integração ensino-serviço-comunidade e a formação em saúde. Com relação ao referencial teórico metodológico da Análise Institucional, esse foi essencial para contextualizar os achados publicados nos artigos e analisar como os profissionais da saúde, docentes, acadêmicos e usuários do SUS estão vivenciando, em seu cotidiano, as mudanças trazidas pela educação interprofissional.

Educação Interprofissional (EIP)

Todos os artigos pesquisados, bem como os documentos oficiais, conceituam a educação interprofissional como uma nova maneira de efetivar o processo ensino-aprendizado, com vistas a oportunizar que estudantes de diferentes profissões de saúde, aprendam juntas, de maneira interativa e colaborativa, ampliando a qualidade e a resolutividade das ações voltadas aos pacientes, usuários e comunidade, tendo como propósito inequívoco favorecer a interprofissionalidade e a reorientação da formação dos futuros profissionais de saúde e daqueles já formados.^{16-23,24-5}

Complementam os estudos E2, E3 e E4 a

expectativa de que as ações da EIP sejam capazes de produzir mudanças, tanto na forma de ensinar quanto na de aprender, introduzindo nas universidades e nos serviços espaços de debates e reflexões sobre novas metodologias no processo ensino-aprendizado. Para que isso ocorra, deve-se buscar, desde o início da graduação, despertar no aluno a relevância do trabalho em equipe e da tomada de decisões de maneira compartilhada com profissionais de diferentes áreas de conhecimento¹⁶⁻⁸.

Os estudos E2, E7 e E8 trazem a necessidade da EIP deixar como legado uma nova experiência de práticas de trabalho e de formação em saúde ampliando as interfaces entre educação e serviços e buscando meios para sua perpetuação, não se constituindo em vivências pontuais^{16,21-2}. Destacam também que devem ser colocado em debate nos centros formadores a necessidade de promover, na teoria e prática, a interprofissionalidade, o que consequentemente leva a pensar na necessidade de revisão das grades curriculares. Esse aspecto também é abordado nos documentos oficiais, ao destacarem a necessidade de iniciativas da criação e implementação de disciplinas interprofissionais nos currículos dos cursos da área da saúde, trazendo mudanças significativas nas práticas pedagógicas²⁴⁻²⁵.

Práticas Colaborativas

Os estudos E1, E2, E7 e E9 destacam que as práticas colaborativas já vêm sendo implementadas no Brasil de maneira experimental, sendo utilizadas como ferramenta pedagógica. Pautam-se na interação, colaboração e participação ativa de acadêmicos de diferentes áreas da saúde, visando desenvolver: o senso crítico e reflexivo; a melhoria dos relacionamentos interpessoais; o aprimoramento da comunicação, possibilitando que saibam lidar com uma pluralidade de pontos de vista sobre um mesmo problema. Referem que as práticas colaborativas favorecem o aprendizado e que amplia o conhecimento de todos. Isso exige que trabalhem em equipe, com responsabilidade, cooperação, coordenação, comprometimento, assertividade e respeito às diferenças^{2,16,21,23}.

Enfatizam que o desenvolvimento de práticas colaborativas exige uma nova cultura nas universidades e nos serviços com relação à formação dos futuros profissionais. Destacam que, na APS, ainda é grande o desafio para romper com práticas compartimentalizadas em saberes, com predominância da abordagem biomédica, o que favorece a fragmentação e a baixa corresponsabilidade de profissionais de saúde, docentes e acadêmicos com a formação e com a qualidade dos serviços^{2,16,21,23}. O estudo E8 enfatiza, especificamente, que grande parte das dificuldades está relacionada à abordagem por disciplinas tanto na graduação quanto na pós-graduação²².

Com relação aos documentos oficiais, esses enfatizam que as práticas e as redes colaborativas foram

essenciais para contribuir com mudanças na formação nos cenários onde foram implantados o PET-Saúde e a EIP, segundo a vivência dos diversos coordenadores. Alguns estudos questionam quais as iniciativas que serão “[...] adotadas nos serviços de saúde para a transformação do trabalho em saúde, em direção ao desenvolvimento de práticas colaborativas”^{24-5:64}.

É importante lembrar, de acordo com o que foi publicado nos estudos E1 e E8, que reunir diferentes profissionais em um mesmo espaço não é garantia de prática de aprendizagem colaborativa, se fazendo necessários maior organização e intencionalidade das universidades e serviços sobre as maneiras como vão inserir a EIP e as práticas colaborativas no processo ensino-aprendizagem^{2,22}.

As práticas interprofissionais

Os estudos E1, E5, E6, E7, E8 e E9, abordam a interprofissionalidade relacionando-a à necessidade de revisão das DCNs e do processo de ensino-aprendizagem do futuro profissional da área da saúde. Essas mudanças são necessárias para que se abra espaço para novas maneiras de vivenciar o trabalho em equipe desde o início da graduação e, concomitantemente, para a qualificação dos processos de integração ensino-serviço-comunidade^{2,19,20-23}. Complementam os autores dos estudos E6 e E7 que, para romper com as barreiras que dificultam o trabalho em equipe, torna-se necessário que os acadêmicos desenvolvam competências relacionais, comunicativas e emocionais de maneira a ajudá-los a gerenciar os conflitos, fortalecendo as práticas interprofissionais²⁰⁻¹. Ressaltam os documentos oficiais que é muito importante que, quando se faz um programa que se pretende interdisciplinar, a gestão, a organização e os participantes devem ser de diferentes áreas da saúde, de maneira a que a interprofissionalidade seja vivenciada em todos os níveis da organização²⁴⁻⁵.

Integração ensino- serviço-comunidade

Referem os estudos E1, E2, E4 e E6 que as políticas de nível macro, como o Programa Nacional de Reorientação da Formação de Profissionais de Saúde (Pró-Saúde) e o PET-Saúde, em suas várias edições, enfatizam que a integração ensino-serviço-comunidade se constitui eixo principal para o fortalecimento de parcerias entre as IES e os serviços de saúde^{2,16-8,20}.

Algumas ponderações puderam ser observadas no estudo E2, que ressalta que realizar mudanças na formação necessita de amplo apoio de políticas de nível macro, o que ainda se constitui uma barreira para sua implementação¹⁶. Complementa o estudo E8 que o grande obstáculo a ser vencido é decorrente de práticas fragmentadas tanto na formação profissional quanto no trabalho em saúde²². Enfatiza o estudo E5 que o desenvolvimento de práticas que busquem a integração ensino- serviços-comunidade

cria oportunidade para que linhas de fuga abram brechas nas práticas engessadas nas academias e nos serviços¹⁹.

Formação em saúde

Pode-se dizer, com base nos resultados obtidos nos materiais bibliográficos, que para os futuros profissionais desenvolverem o aprendizado da interprofissionalidade e das práticas colaborativas, torna-se necessário que as IES assimilem, em suas práticas formativas, a importância da integração ensino-serviço-comunidade. Nesse sentido, os artigos e os documentos oficiais reforçam a necessidade de se ampliar os métodos ativos de ensino, buscando metodologias que valorizem a integração de diferentes profissionais desde o início da graduação. Essas, devem ter a centralidade no aluno e na permanente interação entre alunos, docentes, profissionais de saúde e usuários, para que incorporem a prática de trabalho interdependente. Destacam que o processo ensino-aprendizado deve despertar interesse de aprender e, sobretudo, de aprender com o outro. Reforçam que a metodologia proposta pela EIP busca desenvolver nos graduandos um pensamento interdisciplinar e interprofissional, potencializando experiências educacionais investigativas, colaborativas, solidárias, inclusivas, sem juízos de valor, produzindo interação entre os diferentes coletivos e possibilitando um repensar sobre o processo saúde-doença. Trazem como exemplo os resultados já alcançados com a Política de Educação Permanente em Saúde e da Humanização, por favorecerem o trabalho em equipe e as práticas colaborativas em saúde. Reforçam a importância da formação de docentes nas novas metodologias e da ampliação de pesquisas que problematizem a formação no SUS^{2,16-9,20-5}.

Analisando os artigos à luz dos conceitos da Análise Institucional

Trazendo os aspectos citados à luz do referencial teórico metodológico da AI e buscando contextualizar a discussão sobre os movimentos trazidos pela EIP, foi possível entender ser necessário refletir sobre como os conceitos de instituído, de instituinte e de institucionalização permeiam os momentos das práticas dos docentes, profissionais de saúde e acadêmicos nos contextos trazidos pelos artigos e documentos oficiais.

Na AI, entende-se que toda instituição deve ser pensada e analisada considerando seus três momentos: o instituído, que compreende a ideologia, as normas, os valores já existentes; o instituinte, que pode surgir em alguns momentos históricos nas instituições, operando nelas profundas transformações; e o terceiro momento, o da institucionalização, que é o resultado da relação dialética entre esses dois momentos: o instituído e o instituinte. A institucionalização acontece quando o trabalho de decodificação, de colocação em crise do instituído pelo instituinte, acaba. O instituinte, então, se torna um instituído, num movimento dialético: por

um lado ele muda o instituído velho, transformando as relações de poder; de outro lado, ele perde sua força transformadora, gerando relações de poder mais naturalizadas, singularizando a instituição^{14,26-7}.

Diante do explicitado, pode-se dizer que, nos artigos e documentos, ficou evidente os movimentos instituído e instituinte presentes nas instituições saúde, educação, formação e práticas em saúde. A partir das leituras sobre a EIP, observou-se que a mesma foi pensada de maneira a buscar caminhos para a introdução de movimentos instituintes, quando: traz para as instituições saúde e educação uma nova maneira de realizar o cuidado e a formação dos profissionais de saúde; propõe práticas colaborativas entre diferentes profissionais de saúde e instituições favorecendo o trabalho interprofissional; favorece que os usuários façam parte dos debates e decisões sobre o cuidado a saúde em seus territórios; fomenta a necessidade de revisão das diretrizes curriculares dos cursos da saúde dentre outros.

Um dos desafios que se coloca é como fazer com que profissionais já inseridos em antigos processos de trabalho aceitem a introdução de mudanças em suas práticas, provocando uma verdadeira revolução epistemológica nos espaços já instituídos pelas normas e regras nas universidades e serviços.

Com relação à institucionalização, pode-se notar, nos estudos E2, E3, E4, E6 e E7, nuances da mesma destacadas nas demandas dos profissionais de saúde, acadêmicos e docentes para o Ministério da Saúde e da Educação para que a EIP seja incorporada tanto no ensino da graduação e da pós-graduação como nas práticas dos profissionais de saúde^{16-8, 20-1}.

Pode-se afirmar, após a leitura dos artigos e dos documentos oficiais, que nos espaços onde a EIP foi implantada, que o “[...] instituinte aparece como um processo, enquanto o instituído aparece como resultado”^{28:156}. São essas nuances que permeiam as práticas dos docentes preceptores e profissionais de saúde, que vêm definir a prática pedagógica que será desenvolvida com os acadêmicos e usuários, seja na universidade ou nos serviços. E são essas práticas que farão a diferença onde a EIP será implementada, se a partir de movimentos instituintes buscando transformação nos processos de ensino e cuidado, ou simplesmente cumprindo o que está descrito sem grandes reflexões, conservando e até ampliando o que já está instituído nas práticas pedagógicas balizadas pela pedagogia tradicional de ensino^{27,29,30,31}. Transformar as práticas cotidianas e instituídas de docentes e profissionais de saúde, torna-se um grande desafio pois exige criar espaços para uma nova intersubjetividade entre os sujeitos envolvidos na produção da saúde^{12,31}. Destaca-se que muitos profissionais ao desenvolverem suas práticas, questionam as normas pré estabelecidas, o que favorece a criação de novas formas de trabalho em

saúde, produzindo um movimento instituinte em alguns serviços de saúde^{27,31}.

Os desafios dos profissionais de saúde e docentes em aderirem aos movimentos instituintes como aqueles propostos pela EIP, fazem pensar no conceito de implicação, bastante utilizado na Análise Institucional. Pode-se dizer que as implicações ideológicas, profissionais, libidinais ou afetivas ocorrem no cotidiano do trabalho em saúde a partir do atravessamento das instituições educação, saúde, formação, práticas profissionais no desenvolvimento das atividades profissionais³². Destaca-se aqui, a importância da análise das implicações e, especificamente das implicações libidinais que tem relação aos afetos e desafetos entre os profissionais da saúde, educação, alunos e usuários. Estas implicações, ao aflorarem no contexto do trabalho, liberam muitas emoções, colocando em evidência a parte subjetiva que existe em cada profissional, e que dificilmente são reveladas no cotidiano do trabalho em saúde. Por esse motivo, entende-se ser mais confortável para os profissionais de saúde e docentes se omitirem atrás de regulamentos, normas e protocolos para fugir da análise de suas implicações, com receio de entrar em contato com o que está oculto em suas práticas, revelando medos, inseguranças e outras emoções que permeiam o cuidado e o processo ensino aprendizagem³²⁻³. Pode-se pensar que é por conta destas dificuldades que os profissionais de saúde e docentes trazem uma percepção mais instituída da formação e do processo de trabalho revelando por vezes resistências aos movimentos instituintes e um comodismo as práticas já instituídas. O interessante seria que estas dificuldades fossem analisadas em coletivo, para que se pudessem caminhar no sentido de abrir espaços para um novo modelo de formação em saúde³³⁻⁴.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi buscar compreender, a partir da literatura científica, de que maneira a interprofissionalidade, as ações colaborativas e a integração ensino-serviço-comunidade podem favorecer a formação de acadêmicos da saúde na Atenção Primária à Saúde.

Um aspecto abordado em praticamente todos os estudos e documentos oficiais refere-se à necessidade das revisões curriculares, entendendo que mudanças na formação exigem a transformação da cultura nas universidades e nos serviços com relação à formação dos futuros profissionais. Destacam como obstáculos para a formação, a predominância da abordagem biomédica e da pedagogia tradicional no processo ensino aprendizagem, a fragmentação dos saberes e, sobretudo, a maneira pouco responsável como ainda é desenvolvida a integração ensino-serviço-comunidade na APS, base sólida para o sucesso do processo de mudanças na

formação em saúde. Fazem menção a descontinuidade de programas de formação nos diferentes cenários, o número reduzido de profissionais de saúde, docentes e acadêmicos que se apropriam destes novos conhecimentos, bem como a falta de apoio de políticas de nível macro no favorecimento de condições físicas e financeiras para implementação de novos programas de formação em saúde. Enfatizam a necessidade de que estas questões devem ser colocadas para reflexões e debates nas IES e serviços de saúde sobre que caminhos podem ser pensados e viabilizados na Atenção Primária para uma nova formação de profissionais de saúde.

Foi inegável nos estudos e documentos oficiais a grande contribuição da Educação Interprofissional para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas no processo ensino-aprendizagem nos serviços e no ensino, favorecendo práticas interprofissionais e colaborativas e potencializando novas experiências educacionais na formação de profissionais de saúde.

Finaliza-se este estudo trazendo a necessidade de ampliar os programas a exemplo do VER-SUS, PET-Saúde, dentre outros, que trazem movimentos instituintes, para que consigam abrir fissuras nas práticas instituídas e já incorporados nas Instituições de Ensino e Serviço, possibilitando uma outra maneira de pensar e fazer a saúde e o cuidado na APS e, conseqüentemente, implementar uma nova formação em saúde.

Deixa-se como sugestão, a ampliação de espaços de debates coletivos nas IEs e nos serviços de saúde, para que profissionais de saúde, docentes e alunos, analisem suas implicações colocando em pauta os aspectos pouco verbalizados nas práticas profissionais, de maneira a que se possa criar espaços para outras maneiras de pensar a saúde, o cuidado, a formação em saúde.

Referências

1. Reeves S, Xyrichis A, Zwarenstein M. Teamwork, collaboration, coordination, and networking: Why we need to distinguish between different types of interprofessional practice [Internet]. *Journal Interp Care*. 2018.32(1):1-3. doi: <https://doi.org/10.1080/13561820.2017.1400150>
2. Freire Filho JR, Silva CBG, Costa MV da, Forster AC. Educação Interprofissional nas políticas de reorientação da formação profissional em saúde no Brasil. *Saúde Debate* [Internet]. 2019 Aug;43(spe1):86-96. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S107>
3. Organização Mundial da Saúde. *Redes de Profissões de Saúde Enfermagem e Obstetrícia Recursos Humanos para a Saúde. Marco para ação em educação interprofissional e prática colaborativa*. Genebra: OMS; 2010.
4. Camara AMCS, Grosseman S, Pinho DLM. Educação interprofissional no Programa PET-Saúde: a percepção de tutores. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. 2015; 19(suppl. 1):817-829.
5. Vendruscolo C, Prado ML do, Kleba ME. Integração Ensino-Serviço no âmbito do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde. *Ciênc. saúde colet.* [Internet]. 2016 Sep;21(9):2949-60. doi:10.1590/1413-81232015219.12742015.
6. Agreli HF, Peduzzi M, Silva MC. Atenção centrada no paciente na prática interprofissional colaborativa. *Interface* [Internet]. 2016 May 13 ;20(59):905-16. doi:10.1590/1807-57622015.0511

7. Streit DS, Barbosa Neto F, Lampert J. 100 Anos de Diretrizes Curriculares Nacionais. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica, 2012. Cadernos de Educação Médica.
8. Costa MV, Peduzzi M, Freire Filho JR, Silva CBG. Educação Interprofissional em Saúde. Aula 3: A formação profissional em saúde para o trabalho em equipe. Natal: SEDIS - UFRN, 2018. [citado 09 jan 2023]. Disponível: <https://neipc.ufes.br/sites/neipc.ufes.br/files/field/anexo/educacao-interprofissional-em-saude.pdf>
9. Freire Filho JR, Silva CBG. Educação e prática interprofissional no SUS: o que se tem e o que está previsto na política nacional de saúde. In: Ramona FCToassi (org.) Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos? [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017, p.28-39. doi: 10.18310/9788566659931
10. Minayo MCS, Deslandes SF, Gomes R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.
11. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2017.
12. L'Abbate S. Análise Institucional e Intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva. Mnesosine [Internet]. 2012 [cited 2023 Jan 5];8(1). Available from: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnesosine/article/view/41580>
13. Savoye A. Análise institucional e pesquisas sócio-históricas: estado atual e novas perspectivas. Mnesosine [Internet]. 2007 [citado 5 jan 2023];3(2):181-193. Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnesosine/article/view/41329/28598>
14. Lourau R. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
15. Berger P, Berger B. O que é uma instituição social? In: Martins JS, Foracchi MM (Orgs.), Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p.193-9.
16. Almeida RG dos S, Teston EF, Medeiros A de A. The interface between Education through Work for Health Program/Interprofessionality and the National Policy of Permanent Education in Health. Saúde Debate [Internet]. 2019 Aug;43(spe1):97-105. doi: 10.1590/0103-11042019S108.
17. Salomão AF de S, Cunha ACM, Silva JCN, Correia HPC, Yogui JO dos S, Camargos C do CRL, et al. Educação interprofissional no contexto da Atenção Primária à Saúde: relato de experiência. Revista de APS [Internet]. 2020 Jan 24;21(4). doi:10.34019/1809-8363.2018.v21.16305
18. Bravo VAA, Santos LC dos, Cyrino EG, Cyrino A de PP, Villardi ML, Pinto TR. Produzindo pesquisa, formação, saúde e educação na integração ensino, serviço e comunidade. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [Internet]. 2018;22(suppl 1):1481-91. doi: 10.1590/1807-57622017.0440.
19. Souza EC de, Castro Júnior AR de, Cavalcante ASP, Torres RAM, Silva MRF da. Projeto Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde: linha de fuga na formação em saúde para uma atuação na saúde coletiva. Saúde Debate [Internet]. 2019 Sep;43(122):897-905. doi: 10.1590/0103-1104201912219.
20. Silva MA, Cardoso ÉLS, Miranda TT de L, Sampaio J. Competências emocionais como dispositivo para integralização do cuidado em saúde: contribuições para o trabalho interprofissional. Estudos interdisciplinres em psicologia. Ago 2019. Londrina, 10(2):226-39. doi: 10.5433/2236-6407.2019v10n2p226
21. Mattos MP, Gomes DR, Silva MM, Trindade SNC, Oliveira ERA de, Carvalho RB de. Prática interprofissional colaborativa em saúde coletiva à luz de processos educacionais inovadores. Rev Baiana Saúde Públ [Internet]. 20 out 2020;43(1):271-87. doi: 10.22278/2318-2660.2019.v43.n1.a3106
22. Lima VV, Ribeiro EC de O, Padilha R de Q, Mourthé Júnior CA. Desafios na educação de profissionais de Saúde: uma abordagem interdisciplinar e interprofissional. Interface [Internet]. 2018;22(suppl 2):1549-62. doi: 10.1590/1807-57622017.0722
23. Silva GTR. Educação interprofissional e formação de professores em saúde. Rev Enferm Ref. 2020 [citado 09 jan 2023] V(1):1-2. Disponível: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388263105001>.
24. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde: Um panorama da edição PET-Saúde/GraduaSUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
25. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. As contribuições do PET-Saúde/Interprofissionalidade para a reorientação da formação e do trabalho em saúde no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
26. Mourão LC. O Professor e a instituição formação em saúde: implicações nas transformações curriculares. [tese] Campinas: São Paulo. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. 2006, 245 p.
27. Baremlitt G. Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática. 5a. ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.
28. Lapassade G. El analizador y el analista. Barcelona: Gedisa, 1979.
29. Tavares RH. Didática geral. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
30. Pereira AL de F. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. Cad Saúde Públ [internet] set-out, 2003 [citado 9 jan 2023];19(5):1527-1534. Disponível: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v19n5/17825.pdf.
31. L'Abbate S, Pezzato LM, Dóbiés DV, Botazzo C. O diário institucional nas práticas profissionais em saúde. Mnesosine [Internet] 2019 [citado 9 jan 2023];15(1). Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnesosine/article/view/45972>
32. Lourau R. Objeto e método da Análise Institucional. In.: Altoé S (Org.) Analista Institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004, p:66-86.
33. Monceau G. Como as instituições permeiam as práticas profissionais: socioclinica institucional e formação de professores. In: Pimenta SG, Franco MAS (Orgs). Pesquisa em Educação: Possibilidades investigativas/formativas da pesquisa ação. São Paulo: Loyola, 2008.
34. Dóbiés DV, L'abbate S. A resistência como analisador da saúde mental em Campinas (SP): contribuições da Análise Institucional. Rio de Janeiro: Saúde em debate [Internet]. Set. 2016 [citado 9 jan 2023];40(110):120-33. Disponível: <https://www.scielosp.org/pdf/sdeb/2016.v40n110/120-133/pt>